

O PROCESSO NACIONALIZADOR DE VARGAS, AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS E O “SILENCIAMENTO” NA REGIÃO DO VALE DO ITAJAÍ-SC

The Vargas nationalization process, as educational changes and silence in the Vale do Itajaí-SC region

Solange Retke¹

Joice Brignoli²

Resumo: Este artigo visa analisar o processo nacionalizador de ensino, e as causas da restrição do ensino na língua estrangeira na região do Vale do Itajaí, no período em que o Brasil passava pela política ditatorial do presidente Getúlio Vargas, especificamente no período de 1937 a 1945, denominado o regime do Estado Novo, assim como compreender os motivos das proibições de hábitos, costumes e o idioma estrangeiro no país ligados aos imigrantes e seus descendentes, e como essas proibições e mudanças interferiram e modificaram a população local do Vale do Itajaí. Desse modo, a pesquisa se baseou em leituras que tratam desse processo nacionalizador no território nacional, e das suas mudanças e restrições fortemente sentidas na Região Sul do país. Um processo que causou mudanças e marcas profundas na população imigrante e descendente, pois tiveram hábitos alterados, proibidos e, principalmente, o medo acompanhando seus passos. Suas tradições se perderam nesse período tão aterrorizante para quem vivenciou as marcas de uma nacionalização, práticas faladas se emudeceram por um período longo. Por fim, as intenções do Estado se concretizaram, a educação regional passou a ser em língua portuguesa e não se alterou mais.

Palavras-chave: Nacionalização. Língua estrangeira. Imigrantes. Descendentes. Getúlio Vargas.

Abstract: This article aims to analyze the process of nationalizing education, and causes the restriction on foreign language teaching in the Vale do Itajaí, in the period in which Brazil passed the dictatorial policy of President Getúlio Vargas, specifically in the period 1937-1945, called the Estado Novo regime so as to understand the reasons for the prohibitions of habits, customs and foreign language in the country related to immigrants and their descendants, and how these prohibitions and changes interfered and changed the local population of Vale. Thus, the research was based on readings that address this nationalizing process in the country, and their changes and restrictions strongly felt in the southern region of the country. A process that caused changes and deep marks in the immigrant and descendant population, because they had changed prohibited habits, and especially fear watching their steps. Their traditions were lost in this period as terrifying for those who experienced the marks of a nationalization, Spoken practices are silenced for a long period. But finally the intentions of the state materialized, regional education has to be in English and did not change over.

Keywords: Nationalization. Foreign language. Immigrants. Descendants. Getúlio Vargas.

Introdução

O presente artigo está baseado na política nacionalizadora que ocorreu no Brasil. Nesse período, o país estava sob o comando do Presidente Getúlio Vargas, e seus Interventores Estaduais, colocando em prática medidas para “abrasileirar” a população derivada de outros países. Em meio a essa totalidade, a Região Sul do país foi a mais visada para esse processo, pois comportava uma grande quantidade de imigrantes, e que por motivos governamentais e culturais, formaram um isolamento do restante do país. No entanto, esse processo nacionalizador

¹ Professora da Escola Nossa Senhora de Fátima - Pomerode-SC. *E-mail:* solange.retke@hotmail.com

² Professora do Colégio Bom Jesus e Escola Barão - Blumenau-SC. *E-mail:* joicebrignoli@hotmail.com

se pautou em diversas leis de proibição e restrição de costumes, hábitos e fala em língua estrangeira. Na região do Vale do Itajaí - SC, as medidas foram levadas com severidade pelo exército nacional, e pela população de origem brasileira, causando desconfortos e medos para todos.

Muitas escolas que até então ensinavam a língua de origem foram fechadas, outras foram adaptadas para o idioma nacional, e novas foram criadas, as crianças vinham de casa sem pronunciar uma única palavra em língua nacional e na escola não se podia falar outro idioma, estava proibido. As professoras foram trazidas das regiões litorâneas do estado e não dominavam as línguas estrangeiras, encontraram dificuldades de se comunicar com as crianças.

Essas mudanças não se restringiram ao âmbito escolar, ultrapassaram fronteiras e invadiram as casas desses descendentes, na qual vizinhos à espreita, revistas do exército e a vida social causavam medo, horror e até terror, pais de família presos por falarem em língua estrangeira, pessoas humilhadas, chacoteadas e restritas ao seu lar, que estava sob constante vigilância, foi dessa maneira que a população do Vale do Itajaí viveu os períodos da 2ª Guerra Mundial.

O Vale do Itajaí-SC: uma descendência condenada

Na história do Brasil, encontramos um grande número de imigrantes que descendem de diversas regiões europeias, como os Países Baixos, Espanha, Japão, no entanto, as principais colônias foram compostas por pessoas vindas dos Reinos Germânicos (atual Alemanha e Polônia), que tiveram sua unificação completa por volta do ano de 1871.

A Itália também mandou um grande contingente de imigrantes para o Brasil no século XIX, pois devido aos conflitos de sua recém-unificação, o país tinha uma grande pobreza. Somado a isso, Trento (1989, p. 31) apresenta que “depressão agrícola dos anos 1880, que provocou uma crise de disponibilidades alimentícias”, a imigração para a América surgiu como solução, uma proposta de ter terras e uma vida melhor do outro lado do Atlântico.

O Brasil, ciente da situação no continente europeu, visualizou a oportunidade de ocupar regiões ainda desabitadas, implementou uma campanha de imigração, na intenção de habitar regiões sem povoamento e de branquear o país, que na época tinha um grande número de negros e mulatos. O contexto teórico e científico mundial do século XIX apoiava-se em novos termos, como eugenia e supremacia de raças, que valorizava raças puras e fortes, sem mistura entre elas.

Charles Darwin foi o cientista responsável pela teoria da evolução das espécies com estudos de crânio, ambiente natural e análise biológica dos seres, passou a defender o “darwinismo social”, que conforme interpreta Ferreira (2000, p. 75) “negava o processo de miscigenação, condenando qualquer tipo de cruzamento, atribuindo à mestiçagem a responsabilidade pela degeneração racial e social”. A eugenia é um processo mais complexo do que somente o contraponto entre misturas de raças, já que ela valoriza a reprodução da espécie humana através do “controle”, buscando a mesma ordem social para construir uma raça pura (FERREIRA, 2000).

No Brasil, as ideias de eugenia e superioridade de raças também tiveram sua colaboração científica, todavia ela foi adaptada e modificada para o contexto populacional da época. Ferreira (2000, p. 77) afirma que a elite intelectual brasileira defendia o “branqueamento progressivo da população, chegando, inclusive, a fazer prognóstico e previsões da quantidade de tempo que levaria para o negro desaparecer”.

A necessidade do branqueamento se deve justamente ao branco europeu ser considerado um exemplo a ser seguido, uma raça superior às demais existentes no mundo. Os luso-

brasileiros eram vistos como uma população sem modos e boas maneiras, destacando ainda mais a importância dos imigrantes europeus no país. Já que a população vinda da Europa, em destaque a teuto-brasileira, que segundo Frotscher (apud RAMOS, 2001, p. 425), “eram vistos como bons trabalhadores, porque eram identificados como adaptados ao ideal de sociedade que se pretendia, ou seja, uma sociedade racionalizada, disciplinada, dada ao trabalho”, ressaltando a necessidade dessas populações nas regiões Sul do Brasil.

A Região Sul do país foi a que mais recebeu imigrantes para projetos colonizadores, com uma concentração significativa em colônias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Entre essas colônias, destacou-se a Colônia Blumenau, que ganhou esse nome devido ao seu idealizador, o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau. A região escolhida para fundar a Colônia Blumenau foi o território que hoje conhecemos como Vale do Itajaí, que começou a ser povoada por volta da década de 1850, composta, principalmente, por imigrantes vindos da Itália e Alemanha.

Quando os imigrantes chegavam ao país, eram encaminhados a comunidade prometida, todavia, Ferreira (2008, p. 71) apresenta que encontraram “dificuldades para o estabelecimento [...], levando-se em consideração que tanto o Governo Imperial quanto o Provincial mostraram-se pouco eficientes para fomentar tal tarefa”, de modo que a promessa do governo não foi cumprida, e a população teve que se manter de maneira improvisada, precisaram limpar o espaço em meio a mata para construir suas casas e obter suas plantações, construíram suas próprias igrejas e escolas com o auxílio dos governos alemães e italianos.

Enquanto colônia, o projeto do Dr. Blumenau caminhou a passos lentos, mas prosperou, com auxílio dos países de origem, a colônia conseguiu se desenvolver. A população criou indústrias e comércios que deram um impulso na economia colonial, e, aos poucos, as regiões da Colônia Blumenau foram se desmembrando e surgiram cidades com estrutura em desenvolvimento.

No entanto, a estruturação das colônias do sul do Brasil se fez de modo isolado do resto do país, com diversos fatores contribuindo para essa situação, sendo que o principal foi justamente a omissão do Governo Imperial com relação aos novos imigrantes. Essas populações começaram a ser percebidas como um fator agravante no território nacional, quando se começa a almejar uma cultura brasileira única, e uma união da pátria Brasil para enfrentar possíveis situações conflituosas.

O seu isolamento fez com que mantivessem hábitos e costumes originários dos seus países, ou adaptados à nova realidade. A necessidade de manter o idioma, das escolas auxiliadas pelos governos de seus países, os Clubes de Caça e Tiro, as músicas, as danças, as indústrias com as tecnologias de fora, tudo contribuiu para manter um certo afastamento das pessoas de origem brasileira, e da cultura que existia no Brasil, se tornando um empecilho nacional já com o despoitar da 1ª Guerra Mundial e que se agravou no período do Estado Novo.

Getúlio Vargas assumiu o governo em brasileiro em 1930, através de um golpe de Estado auxiliado pelos militares, que impediu a posse do então eleito Júlio Prestes. Esse golpe pôs fim à chamada República Velha, e pautou-se na segurança e no medo de medidas políticas e econômicas que assolavam o mundo, como capitalismo liberal e socialismo.

Vargas se pautava na estruturação política de um Estado forte e centralizado, seguindo os moldes dos partidos totalitaristas, como o Fascismo e o Nazismo. Em sua concepção de política e de governo nacional ideal e protegido de ideias circulantes no mundo, conforme D’Araújo (2000, p. 13) “o governo regularia as atividades do cidadão, promoveria o desenvolvimento e fomentaria o espírito de nacionalidade. O nacionalismo construiria a nação”, de modo que a imagem dele seria ressaltada como fundamental para o Estado-nação, já que “o culto à personalidade” integrava a política do totalitarismo e de Getúlio Vargas.

Para atingir um Estado centralizado e forte Vargas colocou em prática a campanha nacionalização. Esse programa já havia sido pensado anteriormente a Vargas, pois as diferenças linguísticas e culturais já se mostravam como um problema, na qual Fáveri (2005, p. 102) afirma que “desde o início do século XX, mais particularmente quando da 1ª Guerra Mundial, a nacionalização dos estrangeiros consistia um problema a resolver, não houve investimentos que dessem resultados – a língua, a escolarização, preces coletivas, cultos, e as sociabilidades eram realizadas da forma apreendida dos pais e avós.” Entretanto, foi a partir de 1937, com o período denominado de Estado Novo, que buscava novas políticas, economias e formações nacionais, que o programa nacionalizador é colocado em prática. Nesse período, a Segunda Guerra Mundial já estava se formando no continente europeu, os conflitos políticos e econômicos caminhavam para um desfecho sangrento, que ficaria na história como uma chacina da humanidade.

Para atingir seu objetivo, Vargas nomeou interventores estaduais que ficaram responsáveis por nacionalizar suas regiões. A primeira medida tomada pelo presidente foi à proibição da fala em língua estrangeira, essa medida foi implantada com rigorosidade pelo interventor Nereu Ramos, escolhido por Vargas para ser o administrador de Santa Catarina. A proibição se agravou quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, contra os países do Eixo, em 1942. Para que a proibição fosse cumprida, Vargas estabeleceu em leis que “aos estrangeiros naturais dos países Itália, Alemanha e Japão: ficam proibidos, a contar desta data, os hinos, os cantos e as saudações que lhes sejam peculiares, bem como o uso dos idiomas dos países acima apontados” (FÁVERI, 2005, p. 97), e quem descumprisse a lei estaria inferindo as normas impostas, sendo passível de punições.

Fáveri (2005, p. 98) apresenta que “com a repressão à língua, os incautos falantes e deletados por um vizinho eram então enquadrados na lei de segurança nacional como criminosos que atentavam contra a segurança do Estado”. Os descendentes que falavam em língua estrangeira, que praticavam seus costumes derivados de seus países de origem passam a ser considerados criminosos perante as leis da União, os obrigando a se modificar, se silenciar e a se reservar a escutar e cumprir as novas leis.

Outra imposição do interventor foi o fechamento dos Clubes de Caça e Tiro, que para as comunidades do Vale do Itajaí tinham importância na sua vida social, já que, segundo Retke (2012, p. 46), a sua função estava ligada ao “entretenimento e à confraternização dessa população com a formação de grupos de ginástica, coral, a prática do tiro, e bailes para escolher o rei e a rainha de tiro, costumes estes trazidos da Alemanha”. E passaram a exercer a função de cadeias, ou abrigos militares aos agentes nacionalizadores.

Essas medidas restringiram a população em suas casas, modificaram suas rotinas, e abriram grande espaço ao medo, pois em todos os espaços eram constantemente vigiados e controlados. Vizinhos e militares se alternavam nessa vigília de observar os descendentes da região, e delatores surgiram, pessoas pouco dadas aos descendentes, ou então, espiões e inspetores do governo. Para isso, inspeções nas casas eram feitas com frequência, em busca de materiais dos países do eixo, de nazistas e fascistas, de espiões do governo alemão e italiano, de possíveis perigos à nação brasileira, qualquer objeto ligado aos países de origem que fossem encontrados seriam destruídos. Dona Marta Kempt, em entrevista à Klock (2009, s.p.), natural da cidade de Brusque, testemunha que os soldados “queimaram livros vindos da Alemanha, destruíram brinquedos” e tudo que viesse de fora.

No entanto, em meio a todos os artifícios que foram utilizados por Vargas e Nereu Ramos para nacionalizar Santa Catarina e eliminar o isolamento dos estrangeiros e seus descendentes, a educação escolar foi a principal, e que repercutiu de variadas maneiras sobre a população local.

Educação escolar: principal arma do Estado

Com as medidas tomadas pelo presidente e seus interventores, muita coisa mudou para as comunidades com descendência estrangeira. Em todos os âmbitos, as pessoas foram afetadas, desde a socialização de domingo na Igreja, até os encontros em Clubes de Caça e Tiro e comércios.

Todavia, foi a educação que mais sofreu transformações no Vale do Itajaí, a partir décadas de 1930 e 1940, pois o Estado nacionalizador “proclamava a importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira” (BRITO, s.d., p. 12) e principal agente de modificação e nacionalização desse “quisto” dentro do país. Novas escolas foram criadas e escolas já existentes, mas que ministravam aulas em língua estrangeira, foram mantidas e readaptadas ou foram fechadas.

No período anterior à Era Vargas e à década de 1930, as mulheres eram responsáveis pela educação dos filhos. Nos primórdios da imigração, as mães ensinavam as crianças em casa com o pouco conhecimento que adquiriram ainda em seu país de origem. Conforme as colônias cresciam e se estruturavam, começaram a implantar escolas anexas às igrejas, em que pastores ou professores vindos dos países de origem ensinavam as crianças a sua língua. Essa prática causou um distanciamento com as demais regiões do Brasil, e conforme explica Campos (1999, p. 154), “a situação de isolamento, aliada à falta de incentivo do governo do Estado em relação à escolarização dos núcleos populacionais, levaram os imigrantes a organizar suas próprias escolas”, contando muitas vezes com a ajuda de seus países de origem, que auxiliavam nos problemas primordiais, pois percebiam as dificuldades e a desatenção do governo brasileiro com a educação. Segundo Fáveri (2005, p. 118) “[...] o governo italiano enviou cartilhas e professores” e esse auxílio também foi praticado pelo governo alemão. Assim, os países de origem dos imigrantes continuavam presentes na vida da população.

Com as novas leis implantadas por Getúlio Vargas com relação aos imigrantes e seus descendentes, Campos (1999, p. 153) apresenta que o interventor do estado, Nereu Ramos, investiu num “projeto de modernização e nacionalização do sistema escolar catarinense, principalmente a partir de 1938, quando concretizaram-se medidas como a proibição do uso da língua estrangeira nos estabelecimentos escolares e a criação da Superintendência Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino”, de modo que as medidas que foram tomadas ficaram amparadas na lei, e com proteção do presidente da República.

As primeiras medidas que foram tomadas pelo interventor envolviam o fechamento de escolas particulares e domiciliares, outras foram adaptadas para a língua portuguesa, os professores foram demitidos, pois Vargas e Nereu Ramos tinham a consciência de que “a língua era o mais acabado elo dessas comunidades às suas pátrias de origem, justificando assim ações e, dentre estas, a substituição de professores estrangeiros por outros, nacionais”, dessa maneira, seria aceitável a troca dos professores.

A maioria desses professores, encaminhados à região do Vale do Itajaí, eram mulheres que “saíram do litoral, geralmente recém-formadas e designadas para comunidades do interior, experiência lembrada pelas dificuldades que enfrentaram com desconhecimento da língua dos alunos (e vice-versa)” (FÁVERI, 2014, p. 4), e a partir do momento que entravam nas comunidades do Vale se viram em grandes dificuldades.

Nas comunidades, os professores precisavam comprar alimentos e produtos para a escola, mas poucos das comunidades sabiam a língua nacional. E em sala de aula a dificuldade foi ainda maior, esses professores encontraram salas cheias de crianças que não sabiam uma única palavra em português, e o professor não sabia nada na língua da comunidade, e mesmo

que soubesse não poderia falar, pois era proibido. Os relatos de Celina Langui nos trazem um pouco da dificuldade sofrida por essas professoras recém-formadas:

(...) então eu cheguei na sala, me apresentei, todos em pé, né. Aí eu disse: “agora vamos rezar”, mandei sentar, e ficaram todos em pé. Aí tinha um que era mais esperto, disse “professora, aqui a gente não fala português”, e eu disse “o Estatuto rege que nós não podemos falar alemão, só em português. Mas de agora em diante vocês aqui na escola não podem falar o alemão, é proibido” (LANGUI apud FÁVERI, 2004, p. 4).

Para ter certeza de que os professores fizessem o seu trabalho direito, o interventor estadual Nereu Ramos mandava semestralmente inspetores para avaliar o aprendizado e desenvolvimento dos alunos, e para fiscalizar as ações dos professores, acima de tudo se a língua falada em sala era realmente o português.

Como os professores tinham restrições e obrigações com o ensinamento dos alunos, inúmeras vezes os alunos eram castigados por não falarem o português corretamente ou por terem sotaque em sua fala, viravam chacota na sala por parte de colegas de origem brasileira. Essas medidas, muitas vezes, retesavam as crianças a se silenciarem, a emudecerem suas falas e dúvidas com medo de errar ou de virar piada no meio de sua turma

“Essas práticas provocavam medo nas crianças: os descendentes de estrangeiros tinham dificuldades de se expressar em português, diminuía-se diante dos outros, emudeciam e recebiam castigos, provocando sentimentos de vergonha perante os outros. Aos que se expressassem e escrevessem corretamente a língua, o destaque e o enaltecimento. A língua, como veículo essencial das relações, constrói identidades e designa uns e outros, exclui e inclui” (FÁVERI, 2004, p. 8).

A exclusão foi evidente e inevitável a partir da criação de uma lei que proibia a fala de língua estrangeira no país, pois excluiu não só as crianças que frequentavam a escola e não sabiam uma única palavra e português, mas excluiu também as suas famílias e todos que não dominassem a língua nacional, causando um mal-estar, críticas, chacotas e repúdios em relação a essas pessoas.

Além do distanciamento em sala de aula, e o emudecimento das falas, nos intervalos e caminhos para casa, as crianças de origem europeia passavam por perturbações e recriminações, muitas vezes, severas. Dona Edith Vogelsanger, em entrevista à Klock (2009, s.p.), relata que “jogavam pedra em mim, cuspiam em mim porque eu era loira, eu era branca, né”, praticas essas realizadas pelos colegas de escola e por vizinhos. O exército da época também tinha uma grande participação na criação do medo e das humilhações públicas, pois ameaçava as crianças de serem presas se fossem pegas falando em língua estrangeira.

Nas escolas, as crianças, filhas de descendentes, deveriam cantar o hino nacional e o da bandeira todos os dias, para que se firmasse um sentimento de patriotismo e nacionalismo nas crianças, e que essas passassem aos seus pais. Os desfiles cívicos também buscavam esses sentimentos, tanto da população brasileira como a descendente estrangeira.

Os elos com a educação se tornaram fundamentais no processo de abrasileirar essa população até então isolada culturalmente das outras regiões, pois através dos aprendizados que as crianças adquiriam na escola, eram passados para os pais em casa, principalmente as mulheres, que muitas vezes se viam obrigadas a aprenderem a língua portuguesa para auxiliarem seus filhos nos deveres de casa.

A realidade escolar ultrapassa as fronteiras materiais

Os descendentes de imigrantes passaram ser vistos como algo perigoso à sociedade, identificados como “quistos” no corpo do país, que deveriam ser extirpados, pois eles poderiam modificar ambientes e propagar sua cultura através das fronteiras, dessa maneira o “perigo alemão” deveria ser contido a qualquer custo.

Muitos desses descendentes foram difamados nas ruas pelos “brasileiros”, seus patrimônios particulares depredados, e seus nomes associados a nomenclaturas como “quintas colunas”, “alemães batatas” “*italiani tutti ladri*” (FÁVERI, 2005, p. 46). Comerciantes tiveram suas lojas comerciais depredadas, com vidros e vitrines quebradas, fachadas sujas e o medo instaurado no interior da família.

As violações não se restringiam somente aos bens materiais, eles ultrapassavam os lares e penetravam no interior das famílias, causando medo, vergonha, desconfiança e intolerância. Entre os mais afetados estão as crianças e as mulheres, pois ambas eram o ponto fraco da família. As crianças tinham sua dose nacionalizadora diariamente nas escolas, onde os professores só lecionavam em português, obrigando essas crianças a aprender a língua nacional. E as mulheres, por serem o eixo familiar responsável pela transmissão cultural, sofriam em dobro com as novas normas e restrições nacionais.

Foi nessas extensões das proibições que as mulheres se tornaram o alvo das reprimendas, pois em meados dos anos de 1930, elas tinham função bem limitada, de maneira que suas obrigações se restringiam a cuidar da casa, auxiliar na lavoura e educar os filhos com boas maneiras e com os costumes da “terra pátria”.

Normalmente, as mulheres não saíam de casa, nem para ir até a cidade fazer compras ou se informar dos acontecimentos, estavam contidas aos seus afazeres domésticos, tendo como lazer social o encontro em clubes de mães realizados nos clubes de caça e tiro das comunidades ou indo à Igreja aos domingos.

Devido às restrições impostas pelo presidente, a maioria dos Clubes de Caça e Tiro foram fechados, nas igrejas, o culto só poderia ser realizado em língua portuguesa ou latim, de maneira que deixou essas mulheres atadas, unicamente, em seu convívio familiar.

Com a lei que estabelecia a proibição, e os olheiros (espiões e inspetores) rodeando as casas, essas mulheres tiveram que se silenciar, mudar suas rotinas para se proteger e acima de tudo proteger sua família, muitas tiveram que assumir o lugar de seus maridos na vida social, pois estes estavam presos nas cadeias locais ou no campo de concentração de Florianópolis ou Joinville.

De que maneira poderiam elas assumir o lugar dos homens, sendo que, muitas vezes, não sabiam negociar e em sua maioria não sabiam falar uma única palavra na língua portuguesa? Muitas vezes, comerciantes e clientes encontravam maneiras de burlar a lei para conseguir vender ou comprar os produtos de necessidade básica como: alimentos e remédios. Nas suas lembranças, encontramos, entremeadas a detalhes e cuidados com os filhos, os sentimentos de agonia, aflição, medo, angústia, insegurança, pavor, mágoa, ressentimento, perdas afetivas e simbólicas.

Considerações finais

Com os acontecimentos mundiais em volta da 2ª Guerra Mundial, o contexto interno nacional ganhou destaque com a política nacionalizadora imposta por Vargas, e aplicada com esmero por seus interventores estaduais. Essas medidas mudaram o cenário nacional interno drasticamente, principalmente em locais com um grande número de imigrantes e descendentes.

A proibição, através de lei nacional da fala em língua estrangeira, é o foco de todas as mudanças ocorridas no Vale do Itajaí, pois a partir desse momento a população, que até a década de 1930 só falava o idioma de seu país de origem, foi proibido de falar, podendo ser preso e considerado um criminoso perante o Estado por infringir a norma. As convivências sociais também foram restritas, proibidas ou modificadas, limitando ainda mais a vida dessa população.

Todavia, quem mais sofreu com a implementação dessas leis foram as crianças, pois tiveram mudanças nas escolas, seus professores habituais foram substituídos por outros, que só falavam em português, e as crianças só sabiam falar em língua estrangeira. Com esforço, professores e alunos passaram a se entender, mas o sotaque carregado das crianças alemãs e italianas eram motivos de piada, risada e chacota na escola, na rua, nas brincadeiras. Ameaças foram constantes, de serem presas, de apanharem, de proibirem de falar se não falassem em português.

Nesse contexto, as mães também sofriam, pois eram as responsáveis pela educação e criação dos filhos, só dominavam a língua vinda de sua terra, e não tinham como ajudá-los, pelo contrário, a mudança mais radical foi nas escolas justamente para que os filhos ensinassem aos pais a fala em língua nacional, e os costumes e a cultura brasileira.

Nesse contexto, podemos concluir que a cultura nacional foi imposta às regiões com predominância estrangeira, mas essa imposição seguiu caminhos brutos e severos. No entanto, os objetivos do Estado foram alcançados, essa população passou a aprender e falar o português, mas ficou marcada pelo medo, pela violência e pelas humilhações, mesmo o tempo tendo passado, as marcas desse período estão impregnadas nas memórias de cada um.

Referências

BRITO, Silvia Helena Andrade de. **A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945)**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html>. Acesso em: 22 maio 2017.

CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana. (ORG.) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo: descobrindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FÁVERI, Marlene. **A educação entre o silêncio e a norma: tensões na escolarização durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2005. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao_cidadania_e_intercultural/Trabalho/02_19_05_t468.pdf>._ Acesso em: 22 maio 2017.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Itajaí: Univali; Florianópolis: UFSC, 2004.

FERREIRA, Cristina. **Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó**. Blumenau: EDIFURB; Timbó: Fundação Cultural, 2008.

KLOCK, Kátia. **Sem palavras**: documentário com entrevistas de imigrantes. 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2WMUGVvRdQA>>. Acesso em: 22 maio 2017.

RAMOS, Maria Bernardete (Org.) **O beijo através do Atlântico**: o lugar do Brasil no Panlusitanismo. Chapecó: Argos, 2001.

RETKE, Solange. **Festa Pomerana**: as competições típicas e os costumes alemães em Pomerode - SC de 2000 a 2012. 2012. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/MO/2012/352229_1_1.PDF>. Acesso em: 22 maio 2017.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiano no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.